

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 1.116/2026

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, reuniu-se ordinariamente na Sala de Sessões, o Poder Legislativo Franciscano, às dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da vereadora **Isabel Vendruscolo**, sendo secretariada pela vereadora **Simara Saquet Schio**. Constatando a presença de todos os vereadores e, portanto, havendo número regimental, a Senhora **Presidente** invoca a proteção Divina para esta Casa, declara aberta esta sessão ordinária e coloca em discussão a ata da última sessão. Nada havendo a corrigir a mesma foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Não tendo nada em pauta a Senhora Presidente passa para as explicações pessoais. Fazendo uso da palavra a Senhora **Presidente** cumprimenta todos os presentes, e quem está em casa nos assistindo e diz que sobre a questão dos concursados que estava para ser julgada a constitucionalidade ou inconstitucionalidade daquele processo de concurso que estava em andamento e para aqueles que já estão trabalhando, o parecer do ministério público foi em consonância com a procuradoria do município havia alegado que é pela permanência dos que estão já efetivados, o pleno do tribunal de justiça, que julga a constitucionalidade ou inconstitucionalidade já está com dezesseis votos, já passando da maioria pela inconstitucionalidade do concurso e por julgar inconstitucional o cargo de cada pessoa que está ocupando os seus lugares com a possibilidade do executivo encontrar uma maneira de corrigir isso, com impacto enfim e quero dizer para as pessoas que estão trabalhando que eu presto minha solidariedade e acredito que vou ter apoio dos demais da câmara para que vocês permaneçam nos seus cargos, inclusive como eu falei que foi um pedido da própria procuradoria do Doutor Luiz Carlos Bandeira, da Doutora Carina Bortolotto e do Bacharel Rafael, para que as pessoas permaneçam nos seus cargos e não sejam prejudicadas no que ocorreu, que foi a falta de impacto, mas eles fizeram o concurso de boa fé e não seria justo a essa altura perderem seus cargos, então o tribunal de justiça já ter julgado pela maioria do pleno pela inconstitucionalidade dessa lei nós teremos um caminho sim e vamos falar com o executivo afim de corrigir esse erro cometido na época para as que as pessoas permaneçam nos seus cargos, então é esse o recado para que as pessoas fiquem tranquilas e como conversei aqui nós temos o apoio de todos os vereadores. Pedindo a palavra o vereador **Renato** pede se vamos fazer uma força lá com eles para eles mandarem uma nova lei com impacto, para essas pessoas permanecerem então. Novamente com a palavra a Senhora **Presidente** diz que é exatamente isso e que conversou com o pessoal da procuradoria e que eles vão tentar viabilizar de uma maneira correta, para que não corram risco lá na frente né, para que essas pessoas que estão trabalhando não paguem pelo erro que não foi deles, independente de partido político dessas pessoas que estão ocupando os seus cargos, nesse momento temos que ser solidários ter empatia, se colocar no lugar de cada um que têm famílias, que abandonaram de repente outros sonhos para estarem aí, eu sou a favor para continuarem, a bancada do MDB é a favor a bancada do Podemos é a favor, a bancada do PP é a favor, então nós todos vereadores unidos vamos estar conversando com o executivo, eu já falei hoje com a procuradoria do município e eles falaram que haverá meios legais para isso e vamos tornar a efetivação para que isso aconteça realmente. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão ordinária e eu secretária lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela presidente.

APROVADO



PRESIDENTE SECRETÁRIO